

Poder, Subjetividade e Verdade: uma breve introdução sociológica à última fase do pensamento de Foucault

Autor: Douglas Nunes Vieira

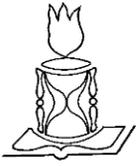
1º semestre/ 2017

Texto Teórico

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é elaborar um conteúdo didático sobre a última fase do pensamento de Foucault. Na parte teórica, fazemos uma breve introdução desta última fase mostrando sua especificidade. Nela, Foucault investigou o problema da relação entre sujeito, verdade e poder não mais a partir das teorias científicas e das práticas coercitivas, como havia feito nas fases anteriores, e sim das *práticas de si*. Para o filósofo, em nossa sociedade, o *exercício de poder* efetivou-se através de *práticas de subjetivação da verdade*, isto é, práticas que vinculam o sujeito a uma verdade sobre si mesmo, que disseminaram-se ao longo da história e determinaram formas de governar que se estabeleceram até os dias de hoje. Na segunda parte de nosso conteúdo, propomos uma sequência de aulas com o objetivo de mostrar como o tribunal de justiça é uma das instituições fundamentais da atualidade em que se dá essa forma de exercício de poder.

Palavras-chave: Foucault; Sociologia; Subjetividade; Poder; Verdade; Cuidado de Si.



Não há dúvida de que, hoje, Foucault é um dos filósofos mais conhecidos e estudados não só no âmbito da filosofia, mas também das ciências humanas em geral. Seu pensamento desafiou as barreiras que, até então, separavam a ciência em campos de estudo, e lançou-se sobre os mais variados temas, conceitos, autores, etc. Usualmente, divide-se o pensamento de Foucault em três fases que correspondem não apenas a domínios de análise distintos, mas também a abordagens diferentes. Na primeira fase, situam-se os estudos de Foucault sobre os sistemas de conhecimento (como a linguística, a biologia, etc.), e nela esses sistemas foram abordados de maneira arqueológica, podendo assim ser considerada uma *arqueologia do saber*. Na segunda fase, situam-se seus estudos dedicados ao poder, e nela o poder, em suas mais diversas manifestações, foi estudado a partir de uma genealogia, sendo assim uma *genealogia do poder*. Finalmente, na terceira fase, situam-se os estudos do filósofo francês sobre as relações do sujeito consigo mesmo, analisados a partir de uma *ética* (Alvarez, 2015, p.18).

No entanto, seria um grande equívoco supor que essas fases do pensamento de Foucault compõem uma unidade teórica, um todo em que saber, poder e sujeito são concebidos a partir de uma lógica e de um método único. Não há propriamente um método foucaultiano de análise, nem uma teoria foucaultiana. Em seu conjunto, o pensamento de Foucault não pode ser considerado algo coerente, que se desenvolveu através princípios que relacionaram-se logicamente com suas conclusões e, assim, constituíram um sistema próprio de conhecimento. Numa das entrevistas a respeito de seu livro *Foucault*, Deleuze nos convida a rejeitar essa suposição:

"A *lógica de um pensamento* é o conjunto das crises que ele atravessa, assemelha-se mais a uma cadeia vulcânica do que a um sistema tranquilo e próximo do equilíbrio. Eu não sentiria a necessidade de escrever esse livro caso não tivesse tido a impressão de que se entendeu mal essas passagens, esses saltos, essa *lógica de Foucault*" (Deleuze, 2013, p.110, grifos nossos)

Antes de ser arqueológico, genealógico ou ético, o pensamento de Foucault é descontínuo, vulcânico, destruidor. Se algo é característico no pensamento de



Foucault, são suas incessantes problematizações sobre aquilo que define o que é o saber, o que é o poder e o que é o sujeito. O ritmo enérgico deste pensamento não é ditado por tentativas de se buscar o princípio último de cada uma dessas coisas, animadas pelo pressuposto de que tal princípio nos permitiria defini-las através de um conjunto de enunciados capaz de exprimir a essência de cada uma delas. Mais ainda, ao fim das muitas passagens e sobressaltos que o compõe, a ideia de que possa haver uma essência própria do saber, do poder ou do sujeito, que seria apreensível através de um longo exercício filosófico, sociológico, histórico, etc., é constantemente abalada, demolida. E o resultado disso é um mesmo som que retumba sempre renovado a cada obra do filósofo. Alteram-se os instrumentos, os temas, etc., mas Foucault em cada um de seus livros renova o seu esforço de compreensão das condições que, numa época específica, fizeram com que certos princípios fossem entendidos como a essência do saber, do poder e do sujeito, tornando-os apreensíveis pela atividade do pensamento. *Sua questão fundamental não é "o que as coisas são?", mas sim "como as coisas são?".* Para Foucault, o que determina a essência do saber, do poder e do sujeito numa época é um *conjunto de práticas* que institucionalizam-se através da história e acabam por nos confinar num *universo de possibilidades* delimitado pela rede de relações que sustentam cotidianamente *formas dominantes de pensamento e de ação*.

Num de seus últimos escritos, Foucault faz uma afirmação que poderia deixar a muitos que se interessam por sua obra surpreendidos:

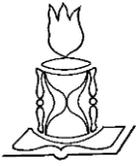
"Meu objetivo (...) foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. (...) Assim, não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa" (Foucault, 2013, p.232, grifos nossos)

Ainda são pouquíssimos os sociólogos que debruçam-se sobre as obras de Foucault interessados por suas considerações sobre o sujeito. Muitos ainda insistem em associá-lo unicamente ao problema do poder. Não por acaso. Como o próprio Foucault admite, é "verdade que me envolvi bastante com a questão do poder" (Foucault, 2013, p.232). Foi a partir da problematização da noção de poder, e de suas implicações com a noção de saber, que ele concebeu muitas de suas principais



obras. E foi a partir dessa problematização que ele alcançou campos de estudo tradicionais da reflexão sociológica, alterando-a profundamente. Não por acaso, são muitos os estudos sociológicos que utilizam as análises foucaultianas como ferramentas para problematizar instituições como o manicômio, a prisão, a escola, etc. e investigar como as *relações de poder* podem determinar a ação dos indivíduos que nelas vivem a partir de um *conjunto de verdades* sobre o louco, a prisão, o aluno, etc., cotidianamente produzido e reproduzido. Destoando disso, numa das suas últimas entrevistas, Foucault nos esclarece que o *problema poder/saber* não era o seu problema fundamental, "mas um *instrumento de análise* que permite analisar (...) o *problema das relações entre sujeito e jogos de verdade*" (Foucault, 2006, p. 274, grifos nossos).

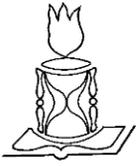
O objetivo geral deste trabalho é produzir um conteúdo didático sobre a última fase do pensamento de Foucault. Nela, Foucault elaborou investigações sobre o problema da relação entre sujeito, verdade e poder não mais a partir das teorias científicas e das práticas coercitivas, como havia feito nas fases anteriores, e sim das *práticas de si*. Para Foucault, em nossa sociedade, o *exercício de poder* efetivou-se através de *práticas de subjetivação da verdade*, isto é, práticas que vinculam o sujeito a uma verdade sobre si mesmo, que disseminaram-se ao longo da história e determinaram *formas de governar* que se estabeleceram até os dias de hoje. Nessa perspectiva, se a questão do poder se impõe como algo fundamental para entendermos a sociedade em que vivemos, devemos entender antes como o sujeito pode constituir-se a si mesmo, na *relação de si para consigo mesmo*. Entretanto, isso vai de encontro com uma tendência predominante nos estudos sociológicos, já que muitos sociólogos concebem o sujeito unicamente como um produto histórico de relações sociais, isto é, como algo constituído pelas relações que definem o grupo social ao qual ele pertence, e não como algo que constitui-se nas relações de si para consigo mesmo. Em geral, o sujeito em sua atividade não é considerado um objeto de estudos da sociologia. A última fase do pensamento de Foucault nos permite considerar a maneira como o sujeito em sua atividade pode determinar relações de poder que se espalham por todo corpo social, e assim compreender a sociedade não apenas a partir da relação do sujeito com os outros, mas sobretudo de sua relação consigo mesmo.



Um breve histórico, alguns obstáculos: poder, sujeito e verdade

Podemos apontar pelo menos três obstáculos que podem impedir um sociólogo de perceber mais claramente o alcance das considerações de Foucault sobre o sujeito, associando-o unicamente à problemática do poder. Um dos principais, é o entendimento daquilo que seria o objeto de estudos da sociologia: as *relações sociais*. Com efeito, para Durkheim, em seu passado, a sociologia constituiu-se como um saber científico ao definir a especificidade de seu objeto de estudos. Antes disso, os estudos sociológicos baseavam-se em crenças particulares dos sociólogos, que tinham uma tal generalidade que se mostravam capazes de explicar os mais variados fenômenos sociais. Para Durkheim, alguns sociólogos acreditavam que a humanidade, por conta da lógica da natureza humana, desenvolvia-se segundo uma linha reta e que esta lei era a lei explicativa de todo e qualquer fenômeno social (Comte). Outros acreditavam que a cooperação era a essência da vida social e que as sociedades se desenvolviam conforme o tipo de cooperação (Spencer). Finalmente, houveram aqueles que acreditaram que os fenômenos sociais eram obra exclusivamente dos indivíduos e que eram suas atividades (físicas ou espirituais) que lhes davam a forma (Spencer). Durkheim ressurgiu-se contra esta série de credências alegando que o desenvolvimento da sociologia como um saber científico autônomo foi adiado por ela. Na verdade, o que resultou desta série foram estudos que apesar de terem sido importantes para o desenvolvimento da sociologia, nada mais eram do que um estudo dedutivo de noções particulares sobre a sociedade (ou *pré-noções*). Em suma, os sociólogos, até o fim do século XIX, não estudaram propriamente a sociedade, mas aquilo que eles achavam que ela deveria ser.

Para Durkheim, uma das condições para que a sociologia se desenvolvesse como um saber científico autônomo era que os sociólogos começassem a perceber a especificidade própria do seu objeto de estudos. Era preciso que adotassem aquilo que o sociólogo denominou de *princípio fundamental da sociologia*: "a realidade objetiva dos fatos sociais" (Durkheim, 2007, p.XXX). No primeiro capítulo de *As Regras do Método Sociológico*, podemos notar o esforço de Durkheim em demonstrar que os fenômenos sociais possuem uma objetividade própria, próxima e ao mesmo tempo distinta daquela dos fenômenos estudados pelas demais ciências. Tal

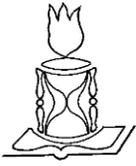


demonstração culmina na definição de fato social: "*toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, ou ainda, toda a maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais*" (Durkheim, *idem*, p.13). Sendo mais sucintos, podemos definir os fatos sociais como "maneiras de fazer ou pensar, reconhecíveis pela particularidade de serem capazes de exercer sobre as consciências particulares uma influência coercitiva" (Durkheim, *idem*, p. XXVII).

Para Durkheim, desde que partissem destes princípios, os sociólogos poderiam não apenas tratar os fenômenos sociais como coisas observáveis, mas sobretudo empreender um estudo empírico destes fenômenos. Em suma, poderiam analisar como determinadas práticas coagem os indivíduos de uma dada sociedade a agir, pensar e sentir de uma maneira específica, perpetuando certo espírito coletivo através dessas práticas. Pois, as práticas coercitivas, por possuírem certa generalidade e uniformidade de manifestação numa sociedade, determinam as maneiras possíveis como alguém se relaciona com seus semelhantes e com o mundo e, assim, institucionalizam as relações sociais dessa sociedade. Nas *Regras do Método Sociológico*, Durkheim chega a definir a sociologia como ciência das instituições: "pode-se chamar *instituição* todas as crenças todos os modos de conduta instituídos pela coletividade: a *sociologia* pode então ser definida como a *ciência das instituições*, de sua gênese e de seu funcionamento" (Durkheim, p.XXIX-XXX, grifos nossos).

Essa concepção durkheimiana ressoa até hoje nos livros de sociologia do ensino médio. Ao considerarmos eles, de fato, logo nos deparamos com tais ecos durkheimianos na definição de sociologia, considerada a ciência que estuda

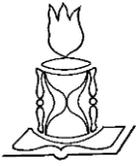
"as *relações sociais* e as *formas de associação*, considerando as *interações* que ocorrem na *vida em sociedade*. A *Sociologia* envolve, portanto, o estudo da estrutura social, dos grupos e das relações sociais, da divisão da sociedade em classes e camadas, da mobilidade social, das instituições, das relações de trabalho, dos processos de cooperação, competição e conflito na sociedade, etc." (Oliveira, 2009, p.14, grifos nossos)



Para nós, tal concepção nos impede de cumprirmos nossos objetivos por nos levar a perceber em Foucault as questões que ele teceu sobre a problemática do poder, e não do sujeito. No fim, ela acaba por nos prender ao modo como certas práticas coercitivas estabeleceram-se em nossa sociedade através de certas instituições determinando maneiras de agir, pensar e sentir.

De fato, um dos principais usos do pensamento de Foucault em sociologia são as tentativas de explicar "o papel desempenhado pelas ideias e instituições na manutenção cotidiana da ordem social, ou seja, para descrever a *microfísica do poder* que perpassaria todo o corpo social" (Alvarez, 2015, p.20, grifos nossos). Nesse sentido, a *disciplina*, enquanto técnica de poder, desempenha papel fundamental na explicação da maneira como o *poder disciplinar* estabeleceu-se em nossa sociedade, determinando não apenas a maneira como o poder se exerce através de técnicas de dominação, mas também a constituição de instituições e saberes, como as ciências humanas, inclusive a sociologia (cf. Castro, 2016, *verbete*: Disciplina). Contudo, num de seus últimos trabalhos, Foucault percebe a insuficiência desse tipo de análise: quando "estudava os manicômios, as prisões, etc., talvez tenha insistido demasiadamente nas *técnicas de dominação*. Aquilo a que podemos dar o nome de *disciplina* é algo realmente importante neste tipo de instituição. Porém, trata-se apenas de um aspecto da *arte de governar pessoas nas nossas sociedades*" (Foucault, 1993, p.207, grifos nossos).

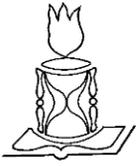
Foucault percebeu que o problema poder/saber não era o seu problema fundamental, "mas um instrumento de análise que permite analisar (...) o problema das relações entre sujeito e jogos de verdade" (Foucault, 2006, p. 274). Assim, outros dois obstáculos, diretamente relacionados ao primeiro, certamente podem nos impedir de alcançarmos nossos objetivos: nem o sujeito nem a verdade são considerados objetos de estudo da sociologia. Consideremos o primeiro, nosso segundo obstáculo. De fato, quando os sociólogos consideram o sujeito, consideram-no por que determina seu gênero, sua sexualidade, seu modo de se vestir, suas emoções, sua fala, sua escuta, suas crenças, seu trabalho, etc. Cada uma dessas coisas definem uma maneira específica do sujeito se relacionar com os outros, e por isso cada uma delas pode ser considerada um objeto de estudo da sociologia.



Podemos, assim, pensar numa sociologia do gênero, da sexualidade, da moda, das emoções, da linguagem, da música, da religião, do trabalho, etc. E abstraindo mais, podemos considerar o sujeito enquanto age, e pensar numa sociologia da ação em geral. Mas não numa sociologia própria do sujeito.

Na sociologia, muitas vezes o sujeito é considerado como alguém que apesar de ter uma existência própria, deve sua existência ao grupo social ao qual pertence. O grupo impõe-lhe padrões próprios de conduta que determinam tanto suas maneiras de agir, pensar e sentir, quanto o próprio modo de reconhecer-se como sujeito, com uma identidade própria, com uma consciência própria. Apesar da ordem social determinar o modo de vida de um sujeito, sua identidade, sua consciência e sua forma de relacionar-se com os outros e com o mundo, é possível que ao longo de sua vida ele não possa ser considerado a causa de qualquer alteração na vida social. A atividade do sujeito, por conseguinte, é pensada como *reprodução ou perpetuação da ordem*. Enquanto age, o sujeito determina a conduta de outros sujeitos e perpetua, ao longo do tempo, características do grupo a que pertence. Pais, professores, etc. coagem filhos, alunos, etc. a agir, pensar e sentir de uma maneira específica, reproduzindo ao longo de sua existência palavras, papéis sociais, hierarquias, etc., porém, a morte de um pai, um professor, etc. não impede a reprodução dessas palavras, papéis sociais, etc. Por conseguinte, apesar de não haver uma sociologia do sujeito, não há também sociologia que não tenha como pressuposto a noção de sujeito, isto é, a ideia de alguém com uma consciência própria, com uma identidade própria, em quem as características do grupo são inscritas e perpetuadas.

Certamente, não há como pensar nas relações humanas sem pensar nas relações de poder, nem pensar no sujeito sem concebê-lo, em alguma medida, como algo que é afetado e modificado por essas relações. Nas "relações humanas, quaisquer que sejam elas (...) o poder está sempre presente" (Foucault, 2006, p.276). Mas, para Foucault, não podemos conceber as relações de poder como pura coerção ou pura violência. Não podemos considerar o sujeito como se fosse inteiramente passivo frente as relações de poder que se exercem sobre ele. "O poder só se exerce sobre 'sujeitos livres'"(Foucault, 2013, p.244). Para Foucault, a escravidão,



por exemplo, não pode ser considerada uma relação de poder, pois nela um está completamente à disposição do outro, o dominado permanece acorrentado àquele que o domina, sem qualquer possibilidade de resistência. Trata-se de uma relação física de coação, e não de uma relação de poder. É preciso distinguir uma *relação de violência* de uma *relação de poder*. Uma relação de violência submete, quebra, destrói, fecha todas as possibilidades, sempre pressupõe uma passividade, e quando encontra resistência, sua única possibilidade é reduzi-la ao máximo, e no limite anulá-la. Por outro lado, uma relação de poder pressupõe que aquele sobre o qual ela se exerce seja inteiramente reconhecido e mantido como sujeito de ação, mas cada uma de suas ações necessariamente se dá no interior de um campo de possibilidades (de respostas e de efeitos possíveis) que determina como a maneira como essa relação pode se dar. Por isso, o *exercício de poder* não pode ser considerado simplesmente uma organização de práticas coercitivas que impossibilitam ações contrárias a essas práticas, não restando àqueles sobre os quais essas práticas incidem submeterem-se e serem passivos. Para Foucault, o *poder* não se exerce simplesmente sobre os sujeitos, mas sobre suas *ações possíveis*, sobre um campo de liberdade possível. O exercício de poder

"não é em si mesmo uma violência que, às vezes, se esconderia, ou um consentimento que, implicitamente, se reconduziria. Ele é um *conjunto de ações sobre ações possíveis*; ele opera sobre o *campo de possibilidade* onde se inscreve o *comportamento dos sujeitos ativos*; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. *Uma ação sobre ações*" (Foucault, 2013, p.243, grifos nossos).

Portanto, o exercício de poder não se reduz ao confronto entre dois adversários, ou a certas relações que um mantém com o outro, ele é da ordem do governo. *Governar* nada mais é do que "estruturar o eventual campo de ação dos outros" (Foucault, 2013, p.244). Conforme afirma Edgardo Castro, "o *exercício moderno do poder político* não consiste simplesmente em reinar, em estabelecer leis gerais, mas sobretudo em *governar*, em conduzir condutas individuais e coletivas"

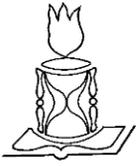


(Castro, 2015, p.125). Para Foucault, todo *governo* se estabelece a partir de um *regime de produção de verdade*, isto é, de um conjunto de regras que determina a maneira como a verdade pode ser produzida (Foucault, 2006, p.281-5).

Finalmente, chegamos ao nosso terceiro e último obstáculo: não podemos dizer propriamente que a verdade seja um problema sociológico. No limite, um sociólogo pode afirmar que se empenha em buscar uma determinada verdade sobre um fenômeno social. Mas essa busca, na verdade, é a busca de uma racionalização do fenômeno, e não a busca de uma verdade que possui um valor em si mesma, como buscam alguns filósofos. Para Foucault, a verdade relaciona-se com o poder. Numa de suas últimas entrevistas, Foucault se lança uma série de questões, que talvez seja importante as lançarmos para nós mesmos: afinal, por que a verdade? Por que nos preocupamos com a verdade, aliás, mais do que conosco? E por que somente cuidamos de nós mesmos através da preocupação com a verdade? Esta série culmina naquilo que ele denomina de *questão fundamental do ocidente*: "o que fez com que toda a cultura ocidental passasse a girar em torno dessa obrigação de verdade, que assumiu várias formas diferentes?" (Foucault, 2006, p. 280). Para Foucault, em nossa sociedade, historicamente, a *obrigação de verdade* estruturou o conjunto de ações possíveis aos sujeitos, determinando não só a forma de exercício de poder, como também os atos possíveis de resistência ao poder. "É certamente, nesse *campo da obrigação de verdade* que é possível se deslocar, de uma maneira ou de outra, algumas vezes contra os efeitos de dominação que podem estar ligados às estruturas de verdade ou às instituições encarregadas da verdade" (Foucault, 2006, p. 280). Ora, tal obrigação de verdade estabeleceu-se através daquilo que Foucault denomina de *técnicas de si*, como veremos a seguir.

Técnicas de Si em Foucault: subjetividade, verdade e poder

Para Foucault, uma sociedade determina não apenas as relações que um sujeito estabelece com os outros, ela determina também a maneira como esse sujeito relaciona-se consigo mesmo. Por isso, não devemos simplesmente supor que a *subjetividade* constitui uma realidade própria de cada sujeito, na qual ele se depara



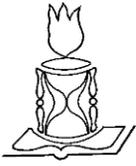
consigo mesmo e com mais ninguém. Ela não é algo que está em seu poder absoluto, nem constitui o domínio do pessoal, inacessível e incomunicável a outrem. É a partir de um certo conjunto de técnicas e de práticas, presentes em sua cultura, que o sujeito opera determinadas ações sobre si mesmo. E essas técnicas não podem ser confundidas com as técnicas de produção, de significação ou de dominação, pois elas constituem um domínio próprio de técnicas. Nas duas conferências intituladas *Verdade e Subjetividade*, Foucault afirma

“em *todas as sociedades*, existem outros tipos de técnicas, técnicas que permitem aos indivíduos efetuarem um certo número de operações sobre os seus corpos, sobre suas almas, sobre o seu próprio pensamento, sobre a sua própria conduta, e isso de tal maneira a transformarem-se eles próprios, modificarem-se, ou a agirem num certo estado de perfeição, de felicidade, de pureza, de poder sobrenatural e assim por diante. Chamemos a estes tipos de técnicas as *técnicas ou tecnologias do eu*” (Foucault, 1993, p.207, grifos nossos).

Para Foucault, o *eu* é o produto de um conjunto de técnicas e de práticas institucionalizados em nossa cultura, e não algo pré-existente em nós mesmos, descoberto e desenvolvido através de nossas experiências individuais. Assim, ele propõe o *problema da objetividade da subjetividade*, por mais paradoxal que isso pareça. Para Foucault, é possível elaborar uma *história da subjetividade* através da *história dessas técnicas do eu (técnicas de si)*. Porém, tal história foi ocultada, sobretudo, pela concepção moderna do sujeito, constituída por Descartes e Kant.

Com efeito, para Foucault, não podemos considerar o sujeito uma substância, um eu que mantém-se idêntico a si mesmo, e modifica-se ao viver determinadas experiências e apropriar-se de certas qualidades de um grupo. O sujeito é antes de tudo uma forma, algo que relaciona-se consigo mesmo através certos *modelos de subjetividade*:

"Não é uma substância. É uma *forma*, e essa forma nem sempre é (...) idêntica a si mesma. Você não tem consigo próprio o mesmo tipo de relações quando se constitui como sujeito político que vai votar ou toma a palavra em uma assembleia, ou quando você busca realizar o



seu desejo em uma relação sexual. Há indubitavelmente, relações e interferências entre essas diferentes formas de sujeito; porém, não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso, se estabelecem consigo mesmo formas de relação diferentes. E *o que me interessa é, precisamente, a constituição histórica dessas diferentes formas de sujeito* " (Foucault, 2006, p.276, grifos nossos).

Logo, não podemos considerar que o sujeito se constitui a si mesmo através do livre exercício de sua vontade, escolhendo livremente as suas ações e construindo ao seu bel prazer a identidade pela qual ele se reconhece. O sujeito é o efeito de uma constituição que se dá através de formas de subjetividade institucionalizadas em sua cultura, que lhe são impostas, sugeridas, propostas. Se o "eu" que vai numa assembleia não é o mesmo "eu" que realiza seu desejo numa relação sexual, é porque a assembleia, enquanto instituição histórica, encerra em si um conjunto de ações possíveis que determina a maneira como ele pode agir aí relacionando-se consigo mesmo e com os outros, e este conjunto é completamente diferente do conjunto de ações possíveis que ele encontra numa relação sexual.

Se, como dissemos anteriormente, o problema do poder está diretamente relacionado ao problema da verdade é porque, em nossa sociedade, as técnicas de si vincularam o sujeito a uma verdade sobre si mesmo, e seus efeitos não restringiram-se ao domínio do conhecimento psicológico ou subjetivo dele mesmo. Ao vincularem o sujeito a uma verdade sobre si mesmo, essas técnicas determinaram também *maneiras de uns conduzirem a conduta dos outros*, ou mais precisamente, institucionalizaram as principais *formas de exercício de poder* que encontramos hoje em nossa sociedade. Por isso, não podemos pensar que o governo consiste em estruturar um conjunto de práticas coercitivas que limitam a liberdade do sujeito. Para Foucault, o governo, e seu nível de racionalização, depende do nível de integração entre as técnicas coercitivas e as técnicas do eu:

"O ponto de contato do *modo como os indivíduos são manipulados e conhecidos por outros* encontra-se ligado ao *modo como se conduzem e se conhecem a si próprios*. Pode chamar-se a isto o *governo*. Governar as pessoas (...) não é uma maneira de forçar as pessoas a fazer o que o governador quer. É sempre um difícil e versátil equilíbrio



de complementaridade e conflito entre técnicas que asseguram a coerção e processos por meio dos quais o eu é constituído e modificado por si próprio" (Foucault, 1993, p.207, grifos nossos).

Em nossa sociedade, essa integração entre técnicas coercitivas e técnicas do eu institucionalizou-se em torno do par obediência-verdade. Nelas, governar não consistiu simplesmente em fazer o outro obedecer, mas sobretudo fazê-lo produzir uma verdade acerca de si mesmo (Foucault, 2013, p.207). E tal verdade produzida determinou não só as maneiras como o sujeito se conhece e se conduz, mas sobretudo as maneiras como os outros podem se utilizar desta verdade para manipulá-lo e conduzi-lo.

Foucault considera que a história das técnicas de si, e de sua integração às técnicas coercitivas, remete à antiguidade, às técnicas do cuidado de si mesmo. E a história dessas técnicas pode ser considerada uma história da subjetividade.

"A história do cuidado e das técnicas de si seria (...) uma história da subjetividade; mas já não através das separações entre loucos e não loucos, enfermos e não enfermos, delinquentes e não delinquentes, mas através da formação e das transformações em nossa cultura das relações consigo mesmo, com seu arcabouço técnico e seus efeitos de saber" (apud Castro, 2016, verbete: Cuidado de Si, grifos nossos).

Todavia, em nenhum de seus trabalhos ele constituiu uma história única da maneira como se deu essa integração entre as técnicas do cuidado de si e as técnicas coercitivas. Ele pesquisou diferentes momentos dessa história em diferentes trabalhos, sem utilizar uma abordagem única e sem seguir uma ordem cronológica. Se tomarmos esse movimento em conjunto, Foucault inicia essa história com a análise do dispositivo de sexualidade, depois ocupou-se do dispositivo de confissão e, enfim, se debruça sobre a Antiguidade para abordar as técnicas de si na época do cuidado de si mesmo (Castro, 2015, p.139-140; cf. Castro, 2016, verbetes: Dispositivo, Poder). Porém, convém falar brevemente de alguns momentos importantes dessa história, tratados sobretudo em seu curso *A hermenêutica do sujeito*.



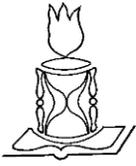
A história das práticas do cuidado de si mesmo possui três momentos fundamentais: o momento socrático (século V a.C), a idade de ouro da cultura do cuidado de si mesmo (séculos I-II) e a passagem do ascetismo pagão ao ascetismo cristão (séculos IV-V) (Castro, 2016, p.93). No entanto, o "cuida-te a ti mesmo", que não é uma invenção filosófica, remete a tradição antiga anterior ao século V a.C., e por isso podemos pensar numa pré-história das práticas do cuidado de si. Nesta tradição, o cuidado de si aparecia ligado ao privilégio político, econômico e social: aqueles que possuem propriedades e escravos que as trabalhem podem ocupar-se de si mesmo. Assim, inicialmente, o "cuida-te a ti mesmo" não está relacionado a algum tipo de posicionamento filosófico. Foi Sócrates que entrelaçou o problema do cuidado com o problema do conhecimento, e assim deu início à história das práticas de si que institucionalizaram-se em nossa sociedade. No *Alcebiades I* de Platão, a problemática do cuidado de si aparece relacionada a três questões: a política, a pedagógica e o conhecimento de si. No desenvolvimento dessa problemática, se dá a subordinação do cuidado ao conhecimento, o entrelaçamento entre as práticas (exercícios) do cuidado e o conhecimento.

Com a filosofia helenístico-romana, há uma reformulação geral do momento adequado para ocupar-se de si mesmo, da finalidade e dos meios para fazê-lo. E por isso essa época pode ser considerada como a *época de ouro do cuidado de si mesmo*. Esse momento deixa de se restringir à passagem para a adultidade para alcançar toda a vida; ele deixa de ser motivado por razões políticas para ser orientado para o governo de si mesmo, numa direção ética; enfim, ele disporá de um conjunto de práticas muito mais vasto que não se limitam ao conhecimento de si mesmo. Nesta época, há uma "generalização das práticas do cuidado que se tornam correlativas da vida do indivíduo e estão abertas a todos os membros da sociedade. Desse modo, o cuidado de si mesmo se converte em uma técnica de vida" (Castro, 2015, p.137-8). Com o cristianismo, as práticas de si foram integradas ao exercício do poder pastoral, principalmente através das técnicas de auto-exame, decifração da consciência e a confissão. Nesta época, o conhecimento de si está ligado ao conhecimento da verdade tal como nos é dada pela Escritura. E não é possível nem conhecer a verdade nem a si mesmo sem uma purificação de si mesmo, da alma e do coração. O conhecimento de si, no fim, implica na renúncia de si mesmo e na



obediência ao outro (Castro, 2016, p.94-5). Finalmente, na Modernidade ou *momento cartesiano*, o acesso à verdade passa a ser questão de conhecimento. Ele passa a depender de um método (condição interna do conhecimento) e de condições específicas do sujeito (não estar louco, realizar estudos sistemáticos, partilhar de certo consenso científico, etc.). No momento cartesiano, o acesso à verdade deixa de estar associado à espiritualidade, isto é, certas práticas que permitem ao sujeito acessar a verdade por alterar o próprio ser do sujeito (por exemplo, o pecador só pode acessar a verdade de Deus se converter-se à palavra de Deus).

Foi na *época do poder pastoral* que institucionalizaram-se a maioria das instituições modernas (como a escola, a prisão, etc.), sobretudo a partir das técnicas de confissão, auto-exame e decifração da consciência (Castro, 2015, p.124-135). Considerando isso, podemos passar para a segunda parte do nosso conteúdo didático, em que é proposta uma atividade prática fundamentada nas discussões teóricas trabalhadas até aqui. Nela, tomamos uma instituição qualquer em que a integração entre técnicas coercitiva e técnicas do eu se manifesta de maneira clara, e verificamos em que medida podemos encontrar essa integração entre poder, verdade e subjetividade nos dias atuais. Escolhemos o tribunal de justiça. Pois, nele podemos identificar com clareza como o poder é exercido ao vincular o acusado a uma verdade sobre si mesmo, através de uma *ritualização da verdade*. Poderíamos considerar aqui outras instituições sociais que realizam uma tal ritualização (como a escola, a família, etc.), todavia cremos que o tribunal de justiça é uma excelente forma de exemplificar como se dá esse tipo de ritual.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, M. - "Michel Foucault e a Sociologia: tensões e aproximações". in: *Estudos Sociológicos*. Araraquara, vol.20, n.38, p.15-33, jan.-jun. 2015.

CASTRO, E. - *Introdução a Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____ - *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DELUZE, G. - "Rachar as coisas, rachar as palavras". in: *Conversações (1972-1990)*. São Paulo: Editora 34, 2013, p.109-121.

DURKHEIM, E. - *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, M. - "A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade". in: *Ditos e Escritos IV: Ética, Sexualidade e Política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2006.

_____. *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____ - "O Sujeito e o Poder". in: DREYFUS, H; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____ - "Verdade e Subjectividade (Howison Lectures)". in: *Revista de Comunicação e Linguagem*. n.19. Lisboa: Edições Cosmos, 1993, p.203-223.

OLIVEIRA, P. - *Introdução à Sociologia: ensino médio/volume único*. 1.ed. São Paulo: Ática, 2009.